

Resumo

No presente artigo, baseando-se nas teorias decoloniais latino-americanas, propomos uma crítica às noções de desenvolvimento. Quando foram destituídos os poderes metropolitanos nas ex-colônias, os processos de independência deflagraram o desenvolvimento do capitalismo para além da Europa e a América constituiu o lócus privilegiado para a continuidade do saque e dominação colonial sob a égide do capitalismo. Junto às relações de produção do assalariamento e propriedade privada, os padrões de consumo e a consolidação dos Estados-Nação modernos no Novo Mundo, instaurou-se a cosmovisão capitalista. Uma história unilinear, um único modo de viver e somente um padrão de produção de conhecimento e organização social, difundido com êxito pelo Imperialismo. A noção de desenvolvimento como farsa denota a reprodução inacabada, imperfeita e colonial da civilização burguesa, disposta pelo arcabouço que constrangeu o pensamento econômico e social na América Latina. A superação de tal farsa reside na decolonização do saber e na práxis revolucionária.

Palavras-chave: desenvolvimento; teorias decoloniais; América Latina.

¹ Doutorando em desenvolvimento econômico pelo IE/Unicamp e mestre em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. | nathan.santos08@gmail.com

² Mestranda em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Graduada em Educação Física pela Escola de Educação Física e Esporte da Universidade de São Paulo. | marcela.darido@gmail.com



Resumen

En este artículo proponemos una crítica de las nociones de desarrollo, basada en las teorías descoloniales latinoamericanas. Cuando los poderes metropolitanos fueron depuestos en las antiguas colonias, los procesos de independencia desencadenaron el desarrollo del capitalismo más allá de Europa y América constituyó el lugar privilegiado para la continuación del saqueo y la dominación colonial bajo la égida del capitalismo. Junto con las relaciones de producción asalariada y la propiedad privada, los patrones de consumo y la consolidación de los Estados-nación modernos en el Nuevo Mundo, se estableció la cosmovisión capitalista. Una historia unilineal, una forma de vida única y un solo patrón de producción de conocimiento y organización social, difundido con éxito por el imperialismo. La noción de desarrollo como farsa denota la reproducción inconclusa, imperfecta y colonial de la civilización burguesa, ordenada por el marco que constreñía el pensamiento económico y social en América Latina. Superar semejante farsa pasa por la descolonización del conocimiento y la praxis revolucionaria.

Palabras-clave: desarrollo, teorías descoloniales; América Latina.

Abstract

In this article we propose a critique of the notions of development, based on Latin American decolonial theories. When the metropolitan powers were deposed in the former colonies, the independence processes triggered the development of capitalism beyond Europe and America constituted the privileged locus for the continuation of colonial plunder and domination under the aegis of capitalism. Along with wage-earning production relations and private property, consumption patterns and the consolidation of modern nation-states in the New World, the capitalist cosmovision was established. A unilinear history, a single way of life and only one pattern of knowledge production and social organization, successfully spread by Imperialism. The notion of development as farce denotes the unfinished, imperfect and colonial reproduction of bourgeois civilization, arranged by the framework that constrained economic and social thought in Latin America. Overcoming such a farce lies in the decolonization of knowledge and revolutionary praxis.

Keywords: development; decolonial theories; Latin America.

Introdução

“A modernização é a instrumentalização da razão dominante que o capital impõe”³. Sustentamos, no presente artigo, que o desenvolvimento é o veículo da modernização para a América Latina. Isto o coloca como a expressão técnica da racionalidade capitalista sendo, portanto, burguês, eurocêntrico, correspondente à dominação racial e sexual. Se o colonialismo é o pecado original do capitalismo, o desenvolvimento na América Latina é anátema, embora tenha se fantasiado como o caminho da salvação. Aqui, negaremos a salvação; buscamos Aruanda. Rejeitamos o eurocentrismo

³ Quijano (1991), *tradução nossa*.



como modo de produção do conhecimento e abrimos os caminhos em direção a libertação e emancipação de todos os povos pela práxis que as teorias decoloniais imperam.

Também, a modernização é a continuação da dominação e exploração colonial; o modo pelo qual o capital articulou a divisão internacional, sexual e racial do trabalho para manter a extração de riquezas das antigas e neocolônias, direito *divino* dado à Europa e aos EUA. A dominação política direta é suprimida pela emergência de burguesias nacionais/locais que passam a operar em todo globo, mantendo a dependência via relações organizadas pelo capital. Por último, a lógica do capital é tal que comporta apenas a exploração e dominação, em todos os âmbitos da vida humana.

Em sequência, temos que a concepção de desenvolvimento econômico sempre foi controversa (Chang, 2010). O termo, em geral, sugere um processo de mudança que tem como fim algo “superior” ao estado inicial. Nesse sentido podemos entender desenvolvimento como um termo relacional, que depende de uma concepção do que seria esse tal “estado superior”. Sendo assim, os fins e os meios desse processo de mudança estão balizados nas concepções sociais que delimitam os diferentes paradigmas que tomam o desenvolvimento como mote. Em que pese as diferenças teóricas, o desenvolvimento está dotado de um sentido concreto, que diz respeito à modernização e o eurocentrismo, como aventado anteriormente.

Isto é, tanto o estado superior, ponto de chegada, quanto os diferentes meios defendidos por diversas teorias, se inscrevem em um único modo de produção de conhecimento: o *eurocentrismo*; e, com um objetivo em particular: a *modernização*. Temos como modernização o processo de inserção das ex-colônias na modernidade, isto é, o padrão civilizacional disposto pelo capitalismo e suas novas relações sociais de produção. Processo este orientado pela Colonialidade do poder⁴ e posto em prática pelas tentativas desenvolvimentistas na periferia⁵ do capitalismo. O

⁴ “Quando o colonialismo foi eliminado, a relação colonial de dominação entre ‘raças’ não só não se extinguiu ao mesmo tempo, mas se fez em muitos casos mais ativa e decisiva na configuração do poder, deslocando-se de uma institucionalidade (o colonialismo) a outra (países independentes e/ou Estados-Nação) e em consequência rearticulando-se em escala global. Disso dá conta o conceito de colonialidade do poder.” (QUIJANO, 2000 p.47, *tradução nossa*)

⁵ Utilizaremos os conceitos de centro/periferia para traçar um diálogo com as teorias que cunharam o termo. Nossa ressalva está no fato de que a teoria captura,



Eurocentrismo, por sua vez, é o modo de produção de conhecimento que decorre destas novas relações e da cosmovisão estabelecida pelo capitalismo.

Para a América Latina, diferentes concepções de desenvolvimento vieram à luz. Vale destacar a atividade da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe (CEPAL), que chegou a configurar uma escola de pensamento econômico. Para além, uma grande variedade de intelectuais, entre liberais e marxistas radicais, abordaram o tema, mas poucas dessas formulações levaram em conta a questão racial. De uma forma geral, elas podem ser divididas entre reflexões democrático-burguesas – como as teorias modernizadoras, associadas ao estrutural-funcionalismo – e socialistas – ligadas à teoria do imperialismo –, havendo algumas tentativas de emancipação, que não sucederam. Entretanto, o que elas têm em comum é o fato de compreenderem a realidade de forma parcial e distorcida (Quijano, 2005).

A partir da década de 1990, na América Latina, começam a se desenvolver as teorias denominadas decoloniais. Essas podem ser vistas como uma continuidade da luta de resistência protagonizada dentro dos países periféricos contra o capitalismo colonial/moderno, contando com intelectuais de diversas áreas do saber, e sua reflexão se dá sobre as relações de dependência e colonização mundial. Tais estudos trouxeram um importante aporte para o entendimento das possibilidades e limites do desenvolvimento econômico, assim como um profundo questionamento sobre o que deveria ser *desenvolvimento*.

Nossa reflexão aborda as principais correntes do desenvolvimento econômico na América Latina, com o objetivo de desvelar sua incapacidade de transformação social e compreensão acertada da concretude das relações sociais. Decorre desta abordagem a noção do desenvolvimento como farsa e a alternativa na práxis revolucionária da autonomia e emancipação da modernidade ocidental capitalista.

Contexto histórico mundial

Quando pensamos nas teorias de desenvolvimento com foco no Brasil e na América Latina, falamos do período após a Segunda Grande Guerra,

geralmente, somente o âmbito econômico das relações de subserviência e dominação entre os países centrais e periféricos.



marcado por continuidades e transformações. Como principal elo de continuidade apontamos a Colonialidade do poder, considerada relação de poder mundial que suplantou as relações de poder do período colonial, capaz de garantir a continuidade das relações desiguais entre ex-colônias e antigas metrópoles. Ela se coloca como uma relação de dominação mundial que se mantém mesmo após a independência das colônias, pode ser entendida também como “uma associação de interesses sociais entre os grupos dominantes (classes sociais e/ou “etnias”) de países desigualmente colocados em uma articulação de poder, mais que uma imposição do exterior.” (Quijano, 1992, p. 11, *tradução nossa*).

A segunda continuidade é o marco temporal do Imperialismo, a fase monopolista do capitalismo internacional, analisada por Lenin (2012). Como já apontado por Marx (2013), o capital, historicamente, passa por um processo de concentração e centralização. Esse processo tem no imperialismo sua fase superior, contando com a formação do capital financeiro, um acirramento da dominação dos países periféricos pelos países centrais, assim como da concorrência intercapitalista mundial. Esse processo fez com que eclodissem as conhecidas primeira e segunda Grandes Guerras.

Como parte das transformações, temos o processo de inserção dos Estados Unidos como nova potência mundial e o fortalecimento do chamado bloco socialista no pós-guerra, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Além da clara mudança na divisão do poder mundial, a Guerra Fria inaugura a divisão bipolar do mundo: de um lado a *civilização ocidental* capitalista liderada pelos Estados Unidos, chamada de primeiro mundo; do outro, os países que viviam sob o regime do “socialismo realmente existente”, liderado pela antiga URSS e chamados de segundo mundo. Na periferia, se encontram os países do chamado “Terceiro Mundo” que eram disputados pelos dois blocos anteriormente citados. Nosso objeto se dirige a esses países, mais especificamente, a América Latina.

Nesse cenário, a civilização ocidental precisou renovar seus paradigmas de superioridade, difundindo a modernidade para o Terceiro Mundo em disputa. Quijano (2014) organiza oito importantes pontos para pensarmos mais profundamente nas mudanças e continuidades dessa nova realidade: i) no âmbito do capital industrial houve uma revolução científico-tecnológica, que gerou desemprego estrutural; ii) financeirização industrial; iii) tecnocratização/instrumentalização das subjetividades e do horizonte do sentido histórico específico da Colonialidade/modernidade/eurocentrada; iv) o fortalecimento do capital industrial/financeiro e a derrota dos setores da



burguesia internacional nazi/fascistas possibilitou a desintegração do colonialismo na Ásia e África; v) consolidação do chamado socialismo realmente existente; vi) a divisão do mundo em dois campos políticos, que confluíam na nova visão de modernidade e premiavam os novos movimentos sociais que giravam em torno de eixos como a ética social do trabalho, gênero, subjetividade e autoridade coletiva; vii) o surgimento de um novo padrão de disputa/conflito social em torno das questões de raça, etnia e gênero, e; viii) derrota dos movimentos antiautoritários, antiburocráticos pelo mundo e a imposição da globalização.

Portanto, o fim da Segunda Grande Guerra trouxe – em conjunto com a divisão do mundo em dois campos de influência (soviético e norte-americano) – uma disputa entre duas perspectivas de desenvolvimento, uma ligada ao avanço do capitalismo e outra a uma transformação social balizada numa revolução do modo de produção. Para a última, o desenvolvimento só seria possível no socialismo. Outra consequência importante foram os processos de independência nacionais focalizados principalmente na Ásia e na África, que junto com a América Latina formaram o chamado Terceiro Mundo, composto de países formalmente independentes com uma economia dependente.

N'Krumah (1967) descreve com minúcias os instrumentos utilizados pelo imperialismo para manter a extração neocolonial de riqueza e dominação política na Ásia, África e América Latina. Algumas atividades formaram forçosamente novos mercados, por meio de serviços de rádio e informação, cinema e interação internacional de associações de trabalhadores norte-americanos, o que difundia padrões de consumo, ética do trabalho e relações produtivas capitalistas. Também, a consolidação do Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI) e diversas ações de "auxílio" econômico via Organizações das Nações Unidas (ONU) deixaram o Terceiro Mundo suscetível a entrada de capitais que acompanhava uma supervisão e obtenção de dados econômicos.

Mesmo com a reorganização mundial, a diferenciação do centro como espaço de controle do capital como relação social e da produção permanece. O paradigma modernidade/colonialidade/eurocentrada⁶, apontado pelos estudos decoloniais, ainda se coloca como ideologia hegemônica influenciando as teorias do desenvolvimento. Seja pela via de repetição da trajetória dos países centrais – para as teses que tentam criar

⁶ Cf. Quijano (1992).



caminhos específicos, contudo mantendo como meta a realidade dos países capitalistas centrais –, ou mesmo para os que ansiavam uma mudança radical da realidade social pela revolução, a influência eurocêntrica é inegável.

“O conceito de desenvolvimento, como um cavalo de Tróia, nasce com a marca civilizatória do ocidente capitalista industrial para enfrentar a novidade da emergência política do terceiro mundo” (Lisboa, 1996, p. 14). Os teóricos que pensaram desenvolvimento como “desenvolvimento capitalista”, como Lewis (2010) e Rostow (2010), hegemonicamente aderiram à uma perspectiva de ampliação das relações de produção capitalistas. Esta aproximação liberal se compreendia como a forma de nivelar o desenvolvimento aos patamares dos países do centro. Os EUA se transfiguram no novo marco do desenvolvimento, deixando os Estados europeus em segundo plano. Mesmo com o surgimento da nova potência de dominação mundial na fase imperialista do sistema capitalista mundial, a hegemonia do controle da subjetividade, da cultura, do conhecimento e de sua produção ainda permanece eurocentrada.

Deste modo, partindo das reflexões de Quijano (2005) acerca da herança europeia nas ex-colônias, pode-se depreender que o que foi discutido dependeu do sucesso da reprodução da modernidade nos EUA. Tanto a homogeneização da classe trabalhadora pelo extermínio dos nativos e segregação dos negros, quanto o estabelecimento do modo de produção industrial e a consolidação de uma burguesia nacional, demarcaram o bem-sucedido ingresso dos EUA na modernidade. Isto posto, havendo um processo de tecnocratização/instrumentalização da racionalidade – como argumentamos –, ele ainda permanece de pertencimento branco/europeu e masculino. Expressão disso é a continuidade de sua perspectiva evolucionista eurocêntrica que é unidirecional, evolucionista e dualista⁷.

Mesmo sem nos estendermos na discussão sobre identidade, podemos demarcar algumas dinâmicas que se relacionam com a mundialização do capitalismo como modo de produção e a articulação de dominações extraeconômicas com o capital. Quijano (2005) aponta para o fato de que o contato do colonizador com as Américas possibilitou a emergência da primeira identidade: a América; seguida da Europa. Em consonância, surgem o *índio* e o *negro*, para justificar as relações de dominação da escravidão moderna, aglutinando dezenas de etnias e

⁷ Para Quijano (1992) essas são as características centrais da modernidade que tem seu marco inicial na colonização da América.



civilizações em duas identidades pelo colonizador – este, *branco* e europeu, mas que manteve suas diferenciações pela homogeneização ocorrida em cada um dos Estados unificados. As raças, socialmente construídas se tornaram o mais eficaz instrumento de dominação já verificado (Quijano, 2005). Tais relações de dominação – expressas na exploração colonial do trabalho escravo, tráfico negro e do capital mercantil – incorreram tanto na divisão internacional do trabalho, quanto na articulação do racismo enquanto estrutura capitalista. Isto é, a necessidade de difusão e réplica da civilização europeia moderna pelo mundo, ao invés de suplantá-la, deu continuidade a supremacia branca inaugurada no colonialismo.

Ainda, o patriarcado⁸ – sistema mais antigo⁹ que a classificação social em raças – também ganha forma especificamente capitalista pela sua subsunção ao capital. A divisão sexual do trabalho reflete nas relações sociais de produção de modo a cindir o trabalho produtivo e reprodutivo implicando uma dominação masculina/heteronormativa e burguesa, aprofundada pelas relações raciais. A articulação de tais estruturas com o capital possibilita um intrincado sistema de dominação que permite a exploração para âmbitos além do estritamente econômico. Deste modo, é necessária que esse modo de vida incorpore as justificativas ideológicas para manter esse complexo sistema de dominação. É tarefa implacável do eurocentrismo a difusão da supremacia branca e masculina, em conjunto com os ideais iluministas de liberdade individual e igualdade entre os homens.

Com a construção de organismos multilaterais, a influência dos Estados Unidos se espalha até hoje para os países do Terceiro Mundo, levando a sua visão de desenvolvimento capitalista. N’Krumah (1967) destaca, para além do que já foi aventado, o modo como os EUA utilizavam o *governo invisível*¹⁰: diversas instituições supostamente desvinculadas ao governo, mas que estavam por demais relacionadas com as agências de inteligência norte-americanas. Também, por meio dele, os EUA determinavam a ação em convenções internacionais.

A CEPAL é um caso particular. Ligada à ONU, apresentou um espaço maior para as formulações que valorizam as propostas regionais de

⁸ Ver Saffiotti (2009).

⁹ Cf. Lerner (1986).

¹⁰ Termo que referencia Wise e Ross (1965).



desenvolvimento, como continuidade aos debates regionais que já aconteciam no Chile, México, Peru e Argentina (GROSFOGUEL, 2013). Filho e Corrêa (2011) destacam o modo pelo qual a esta instituição propôs, dos anos 1950 a 1970, interpretações que confrontavam a noção de desenvolvimento do centro do capitalismo, se configurando numa escola de pensamento. Como principal discordância, estava a noção da impossibilidade de reprodução do desenvolvimento norte-americano numa concepção natural e faseológica, pelo fato de que a divisão internacional do trabalho implicava na manutenção da deterioração dos termos de troca. Filho e Corrêa também argumentam que, atualmente, a CEPAL adere ao arranjo institucional da ONU, dirimindo a força e atividade de contestação. Para nós, a continuidade entre o seu contexto de criação e trajetória diz respeito ao sentido da modernização colonial.

Filho e Corrêa (2011) descrevem essa dinâmica sem qualificar o que pretendemos argumentar, destacando a criação da CEPAL em conjunto com outras quatro Comissões Econômicas, em 1948. Eles ressaltam o objetivo de contribuir ao desenvolvimento econômico latino-americano via coordenação de políticas desenvolvimentistas e integração da região e uma missão, em um espaço multilateral e supranacional de governança política, que se inscrevia nos “valores próprios da civilização ocidental” (Filho e Corrêa, 2011, p. 93)

Primeiro, mesmo as tentativas de autonomia e contraponto foram boicotadas pelos países centrais. Para os locais em que havia a ameaça do comunismo, como Coreia do Sul, a estratégia foi viabilizar o desenvolvimento capitalista. Em outros locais, havendo maior controle ou ausência do perigo comunista, minou-se a possibilidade de desenvolvimento, mantendo as relações de dependência. As elites nacionais agiram como sócios menores do centro do capitalismo. Segundo, uma comissão econômica que foi criada dentro dos marcos dos “valores próprios da civilização ocidental” e num espaço multilateral de governança política – no qual as relações de poder continuavam as do colonialismo –, tanto não poderia propor rompimento com as condições de dominação, como não seria direcionada para algo que não fosse a reprodução da civilização burguesa.

Por último, findando o colonialismo¹¹ no pós-guerra, não se extinguiu a dominação colonial e, principalmente, a racial. Pelo contrário, elas se

¹¹ Cf. Césaire (2006).



fortaleceram como a ferramenta essencial da nova configuração do poder mundial, segundo a teoria da colonialidade do poder. Assim, a relação entre raça e divisão internacional do trabalho se mantém intacta.

Passado colonial: América, o berço do capitalismo moderno e do subdesenvolvimento

142

A América constituiu-se como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, desse modo e por isso, como a primeira *identidade* da modernidade. Dois processos históricos convergiram e se associaram na produção do referido espaço/tempo e estabeleceram-se como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder. Por um lado, a codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na idéia de raça, ou seja, uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa idéia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia. Nessas bases, conseqüentemente, foi classificada a população da América, e mais tarde do mundo, nesse novo padrão de poder. Por outro lado, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial. (Quijano, 2005, p. 107),

A construção do primeiro padrão de poder realmente mundial, associada ao primeiro modo de produção mundializado – o capitalismo –, se inicia com a acumulação primitiva (Marx, 2013). Como vimos, há uma relação estrutural da divisão entre raça, divisão do trabalho e que incorpora, também, a antiga divisão sexual do trabalho. O processo de racialização hierárquica dos povos conquistados foi uma arma importante para garantir o domínio colonial e, hoje, o imperialismo e neocolonialismo.

Essa relação de poder, ainda vigente, se constitui por três elementos centrais: a colonialidade do poder; o capitalismo colonial/moderno, e; o eurocentrismo. Quijano define o eurocentrismo como “o nome de uma perspectiva de conhecimento cuja elaboração sistemática começou na Europa Ocidental antes de mediados do século XVII” (Quijano, 2005, p. 115).



Apesar de manter raízes mais antigas, ela tomou hegemonia mundial seguindo o fluxo do domínio burguês europeu e sua conformação foi associada à secularização do pensamento dentro das necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/ moderno, estabelecido a partir da América

A constituição da modernidade é eurocentrada desde seu início. Coloca a Europa como exclusiva produtora e protagonista dessa modernidade e, nesse sentido, a própria modernização significa uma "europeização"¹². É nessas bases que o complexo cultural racionalidade/modernidade europeia se torna parâmetro universal. Colonialidade do poder, pode ser definida, então, como um sistema de controle social que cria hierarquias entre as populações (étnicas e raciais), atribuindo papéis e constituindo uma divisão do trabalho. (Quijano, 2005). Assim, as categorias de raça, cor e etnia se tornam essenciais, ou melhor, fundamentais na construção e na história do mundo e, principalmente, da América Latina. De um lado negros, indígenas e mestiços explorados e perseguidos com base na divisão racial e sua associada divisão do trabalho; do outro, brancos que se comportam como sócios menores do eurocentrismo e da supremacia racial branca, confluindo com os interesses da elite europeia e impossibilitando a conformação de um interesse realmente nacional.

Ao entender a divisão racial do mundo e sua relação intrínseca com a divisão internacional do trabalho, é possível perceber como a criação de novos sujeitos balizados nas diferenças raciais, a partir da colonização das Américas (negros, índios e mestiços), está intimamente ligada ao chamado subdesenvolvimento¹³. Sendo assim, a possibilidade de um desenvolvimento desses setores passa, necessariamente, por desvelar o racismo e a colonialidade do poder.

Segundo Quijano (2005), os países da América que possuíam maioria branca conseguiram estabelecer um Estado-Nação, o fizeram a partir da não

¹² Zea (1986) destaca a "Norte-mania" na América Latina, que se relaciona como uma continuidade da europeização, dada a ascensão dos EUA no pós-guerra. Ela expressava o fato de as elites crioulas desenvolverem novas formas de colonialismo ao buscarem no Norte modelos que estimulariam o desenvolvimento.

¹³ Quando nos referimos ao subdesenvolvimento, recobramos a interpretação estruturalista do conceito. Apesar de não aderirmos à teoria, sua contribuição permite localizar nosso objeto – as ex-colônias latinoamericanas em modernização – e o caráter inerente de subordinação.



incorporação dos sujeitos não-brancos das sociedades. Já, nos países onde existe uma maioria de povos originários ou de negros e mestiços é possível perceber que a consolidação de um Estado-nação tem se colocado historicamente como um processo incompleto.

Essa leitura pode ser um importante complemento ao “sentido da colonização” de Caio Prado Júnior. O autor não conseguiu interpretar as implicações da raça na formação do Brasil. Inclusive caiu na armadilha do racismo – aderindo a uma qualificação racial hierarquizada – ao defender que os negros tiveram papel passivo na formação do país, esta mais “resultante do simples fato da presença dele [do negro] e da considerável difusão do seu sangue, que uma *intervenção ativa e construtora*” (Prado Jr., 1987, p. 272, *grifos nossos*). Ainda assim o autor aponta a necessidade de superar as travas dos resquícios coloniais para a possibilidade de desenvolvimento nacional. Sua teoria de imperialismo, nesse sentido entra no rol de teorias que não conseguiram superar as amarras da colonialidade eurocêntrica.

Rist (1996) aponta que as relações entre colonizador e colonizado se transformam na nova dicotomia *desenvolvido/subdesenvolvido*. Isso estabeleceria uma nova relação entre os países que já não era mais de luta de libertação e/ou independência, mas de um possível desenvolvimento ilusório a partir dos modelos de progresso da modernidade ocidental, tendo como principal vitrine os Estados Unidos. Embora seja verdade que o molde estadunidense tenha se elevado ao objetivo dos países subdesenvolvidos, defendemos que as novas relações oriundas das relações colonizador-colonizado consubstanciam a colonialidade do poder. Que, por sua vez, deve ser fator central da luta de classes pela emancipação dos povos oprimidos e explorados.

As teorias do desenvolvimento

No período em que as teorias de desenvolvimento tomam força e proeminência, também se abrem novas expectativas e possibilidades de desenvolvimento para os países do chamado Terceiro Mundo¹⁴. Principalmente devido a consolidação dos Estados Unidos como potência mundial, o surgimento do Fordismo como novo paradigma da produção industrial e a destruição de importantes polos econômicos da Europa. Se

¹⁴ Cf. Fanon (1979).



inicia um período de “redistribuição” de recursos de produção e estruturas produtivas pelo mundo, que em nenhum momento ou de nenhuma forma significou a deslocamento do poder das grandes potências centrais, mas possibilitou certa prosperidade para os países periféricos (Quijano, 2014). Segundo Sen (1988), a discussão sobre desenvolvimento se concentrou, no período, em torno de formas para obter desenvolvimento econômico, em particular sobre o aumento do PIB e do emprego total. Chang (2010) aponta que antes do neoliberalismo, em meados da década de 1970, havia um certo consenso de que o desenvolvimento estaria sustentado numa mudança estrutural das bases de produção. Em outras palavras, a industrialização é uma premissa necessária ao próprio desenvolvimento, trazendo outros avanços consigo.

Até pelos menos o começo do século XX, na América Latina se admitia hegemonicamente a ideia da modernidade eurocentrada como verdade universal. Este fato não traz espanto quando levamos em conta que aqueles que estavam nos espaços de construção do saber ou nos espaços de poder dos países eram, inicialmente, europeus e, posteriormente, brancos – identificados com o ocidente e o eurocentrismo (Quijano, 2005). Nesse cenário, a colonialidade do poder apagava e ainda apaga os negros, indígenas e mestiços como sujeitos da constituição tanto da história nacional, como da construção da subjetividade coletiva e do conhecimento racional.

A partir dessa realidade é possível observar que a maioria dos debates de desenvolvimento ou de modernização nacional em nossa região se tratam, na verdade, de projetos de ocidentalização. O enraizamento da racionalidade eurocentrada não nos permite ver profundamente a realidade local, distorce nossa experiência histórica e torna os planos para o futuro apenas uma continuidade da conhecida colonialidade do poder. No Brasil, até mesmo os projetos mais audazes de desenvolvimento secundarizaram, invisibilizaram ou simplesmente negaram os problemas raciais e étnicos nacionais como elementos fundamentais do subdesenvolvimento.

Quijano (2000) destaca que uma dupla questão está proposta a partir do debate sobre desenvolvimento. A primeira são as condições e determinantes históricas que explicam as diferentes trajetórias do desenvolvimento do padrão capitalista em regiões e países distintos. A segunda, dado o padrão de poder capitalista, se seria realista replicar na América Latina as condições históricas que possibilitaram o desenvolvimento em outras regiões. Há centralmente três importantes linhas de pensamento



sobre desenvolvimento na América Latina constituídas: i) liberal – oriunda do pensamento de Adam Smith e David Ricardo –, que defende a exportação com base na concepção de vantagens comparativas; ii) desenvolvimentista – ou da modernização –, que tem como principal referência a CEPAL, e; iii) a marxista, aqui recortada nas reflexões acerca do imperialismo. Vamos nos ater às visões da modernização e marxista, dadas suas pretensões de superação das relações de subserviência ao centro capitalista, ao menos teoricamente.

Perspectiva desenvolvimentista ou da modernização

A teoria da CEPAL se baseia na relação centro/periferia assim destacada por Prebisch:

“Os Estados Unidos, a meu ver, desempenham ativamente o papel de centro cíclico principal, não só no continente, mas em todo o mundo; e os países latino-americanos estão na periferia do sistema econômico [...] Por que chamo os Estados Unidos de centro cíclico? Porque deste país, em função da sua magnitude e de suas características, partem os impulsos de expansão e contração na vida econômica mundial e especialmente na periferia latino-americana, cujos países estão sujeitos às influências destes impulsos, como haviam estado anteriormente [...] Eu creio que o movimento cíclico é universal, que há um só movimento que vai se propagando de país a país. Portanto, não se deveria dividir o processo em várias partes independentes; não há um ciclo nos Estados Unidos e um ciclo em cada um dos países da periferia. Tudo constitui um só movimento, mas dividido em fases muito distintas com características claramente diferentes, segundo se trate do centro cíclico ou da periferia” (Prebisch, 1981, p. 34-35).

Para Prebisch (2011), há uma heterogeneidade na periferia do sistema capitalista, contrastando relações de produção pré-capitalistas e relações de produção com alto desenvolvimento tecnológico e máxima remuneração semelhante as dos países centrais. Contra a ideia de vantagens comparativas, defendia a concepção de deterioração dos termos de troca, implicando em desvantagens para os países produtores de bens primários, o que trazia a necessidade de modificações estruturais produtivas na América Latina.



A CEPAL defendia a industrialização por substituição de importações a partir da coordenação de um Estado forte, a transformação da estrutura agrária e uma homogeneização dos diferentes territórios, garantindo o fortalecimento do mercado interno e a dependência das economias periféricas ao mercado mundial. Nesse sentido, as contradições do desenvolvimento “para dentro” seriam: a abundância de mão de obra *versus* técnicas intensivas em capital importadas do centro – somada à incapacidade da atividade exportadora de absorver o excedente de mão de obra; escassez de divisas – que geraria a necessidade de integração regional para criar um mercado regional; inflação com origem nas deficiências estruturais da economia; e escassez de poupança em relação aos volumes necessários para investimento.

Outro setor importante das teorias desenvolvimentistas, que aparece como uma ruptura da CEPAL, é a Escola de Campinas. Ela parte da concepção de que no Brasil há desenvolvimento da acumulação de capital mesmo com limitações do consumo das massas e a não satisfação de suas necessidades. Sua análise se faz a partir da dupla determinação momento mundial/passado nacional¹⁵. Nessa concepção, as diferentes fases do capitalismo mundial levam à formação de diferentes formas de capitalismo nacional, sendo elas: a) capitalismo originário – Acumulação Primitiva; b) capitalismo retardatário – capitalismo comercial, e; c) capitalismo tardio – capitalismo monopolista. No capitalismo tardio não há mais potencial de desenvolvimento autônomo.

Segundo a teoria da Escola de Campinas, na particularidade brasileira há um processo de autodeterminação do capital, que tanto não nega a dependência e o subdesenvolvimento, como convive com a heterogeneidade estrutural do país. Essa autodeterminação, iniciada a partir da internalização do setor produtivo de bens de capital, possibilita uma autonomia relativa, já que a reprodução ampliada do capital industrial se torna endógena e dominante. De acordo com Mello (1975), essa autodeterminação permite libertar a acumulação de quaisquer barreiras decorrentes da fragilidade da estrutura técnica do capital. Levantam-se como condicionantes internos para o desenvolvimento: a estrutura produtiva e financeira, a orientação política, o padrão de acumulação e a dinâmica cíclica.

¹⁵ A crítica teórica à autodeterminação do capitalismo brasileiro está desenvolvida em Sampaio Jr. (1999).



As teorias marxistas do imperialismo

148

A teoria do imperialismo destaca conceitos centrais como: i) a concorrência intercapitalista; ii) as exportações de capital; iii) a unidade capitalista via capital financeiro¹⁶; iv) a rivalidade imperialista; v) as rivalidades nacionais; e vi) a mobilidade de capital definida pela natureza estatal do imperialismo. Ela parte da constatação de que a exportação de capital foi essencial para a reconstrução pós-Segunda Grande Guerra. Nesta conjuntura, a América Latina foi uma grande receptora de Investimento Direto Externo. Para esta abordagem, isso se deu já na fase imperialista, ou seja, não só era incapaz de gerar desenvolvimento, como era um capital de controle e poder. Por não ter acertado as contas com o passado, a América Latina não tem padrão de investimento e tecnologia autônomos. Sendo assim, sua industrialização se deu de forma dependente e sob o poder do capitalismo monopolista.

Frank (1968) defende que a América Latina é o desenvolvimento do subdesenvolvimento, sua origem colonial permitiu e permite a atualização da dominação imperialista. Assim como os desenvolvimentistas acreditam na heterogeneidade latino-americana que formou a articulação entre moderno e arcaico. Grosfoguel (2013) aponta que a transposição da ideia do homem livre e soberano é trazida para o Estado-Nação, fundando a ideia desenvolvimentista de um Estado livre e soberano que controla e regula racionalmente o desenvolvimento nacional. Para o autor os debates de desenvolvimento na América Latina entre 1940 e 1990 fazem parte do que denominou de uma "geocultura da modernidade", que dominou o mundo desde a Revolução Francesa.

Conforme veremos em sequência, Aníbal Quijano contribui com a qualificação destas teorias como saídas socialistas que falharam ao transplantar conceitos marxistas à uma realidade deslocada na América Latina, contrariando o método de Marx. O que, por fim, refletiu na prática política dos partidos socialistas e comunistas revolucionários latino-americanos.

¹⁶ Cf. Hilferding (2007).



O contraponto decolonial

Destarte, qualificamos a decolonialidade como um projeto surgido simultaneamente com o sistema-mundo moderno/colonial, assim como para Bernardino-Costa & Grosfoguel (2016). Tal projeto relaciona a prática teórica com a intervenção e oposição ao controle e dominação colonial. Para nós o elo está disposto mais apropriadamente pelo surgimento e desenvolvimento das relações do capital, e a transformações dos elementos de dominação colonial instrumentalizadas às necessidades do Imperialismo. Ainda segundo Bernardino-Costa & Grosfoguel (2016), a ideia na qual orbita o conceito de Colonialidade já estava presente em diversos autores na tradição do que eles chamam “pensamento negro”, como Aimé Cesáire, Frantz Fanon, Eric Williams, Angela Davis, bell hooks, entre outros. No entanto o conceito de Colonialidade foi formulado explicitamente por Immanuel Wallerstein no início dos anos 1990 e retomado por Aníbal Quijano.

Retomando nossa discussão, as vertentes latino-americanas, que se consolidam na discussão acerca do significado de desenvolvimento, têm seus debates geralmente dentro do que se denominou “padrão de conhecimento eurocêntrico”. A primeira vertente das teorias da modernização, associada principalmente ao chamado estrutural-funcionalismo, impôs como sentido comum e universal a divisão da experiência humana em áreas específicas como economia, sociedade, cultura e política, segundo Quijano (2000). Para a cultura, outorgou-se a condição de sede e fonte das explicações sobre as diferenças entre os grupos humanos frente ao desenvolvimento.

A segunda vertente, teorias do imperialismo capitalista, se vincula ao materialismo histórico. Ao se apropriar das contribuições teóricas do marxismo sobre esse período – principalmente as de Lenin, Hilferding e Rosa de Luxemburgo –, aponta a dependência estrutural como base das diferenças entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Dentre seus teóricos brasileiros encontramos Caio Prado Jr., Ruy Mauro Marini, Florestan Fernandes e os marxistas da Teoria da Dependência.

Em ambas as teorias o problema do desenvolvimento se relaciona com as consideradas estruturas arcaicas de produção que devem ser superadas, mas se diferenciam na sua perspectiva de como isso deve se dar. Para os desenvolvimentistas, deve ser através da modernização estrutural, com a industrialização e avanço tecnológico das relações de produção. Para os marxistas, ele deve ser por via da revolução socialista, com exceção



àqueles que ainda acreditam na necessidade de desenvolver o capitalismo brasileiro em frente ampla com setores progressistas da burguesia local.

Ambas as vertentes secundarizam as questões cultural e ideológica no processo de desenvolvimento. Mais relevantemente, elas prescindem a materialidade do racismo e do sexismo nas relações sociais de produção, passando ao largo das implicações da colonialidade do poder no capitalismo. Isso esbarra em problemas centrais para pensar a realidade mundial e, principalmente, a latino-americana quando levantamos o que Grosfoguel (2013) aponta como as três divisões axiais da construção da modernidade: trabalho e capital, europeus e não europeus, e; homens e mulheres.

Quijano (2005) chega ao cerne do problema das teorias da modernização e marxistas ao contrapô-las com a aplicação do eurocentrismo à experiência histórica na América Latina. Como esse modo de produção do conhecimento “opera como um espelho que distorce tudo o que reflete” (Quijano, 2005, p. 129), ele conduz a uma imagem que não nos pertence e, por essas teorias, só podemos seguir sendo o que não somos de fato. Mesmo que existam traços históricos europeus em alguns dos nossos aspectos materiais e intersubjetivos, somos profundamente distintos do que o eurocentrismo permite afirmar e, esse espelho, só pode apresentar uma imagem parcial e distorcida.

Assim, a organização de Estados-Nação modernos na América Latina é o centro da questão que o eurocentrismo não permite superar. Como estrutura de poder, isto é, a ferramenta que controla o trabalho, o sexo, a autoridade, a raça, o conhecimento etc., os Estados também se constituem como produto deste poder. Eles expressam uma construção de hegemonia, homogeneização e identidade nacional ao longo de um período e de certo território. E nisto reside o problema da civilização moderna latino-americana (Quijano, 2005).

Para contextualizar essa questão, Quijano (2005) apresenta quatro trajetórias de modernização na América Latina: i) a decolonização/democratização via revoluções radicais, projetos derrotados no Haiti e no Peru, tendo a Bolívia e o México avançado até o limite e extinção nas décadas de 1960 e 1970; ii) a homogeneização colonial/racial via genocídio dos povos nativos, tendo as maiores expressões no Cone Sul e a Colômbia apresentando-se como uma variante na substituição de indígenas por negros; iii) a frustrada tentativa de homogeneização cultural via genocídio cultural de indígenas, negros e mestiços, tomando lugar no



México, Peru, Equador, Guatemala, América Central e Bolívia, e; iv) a democracia racial via o apagamento das relações de discriminação e dominação colonial dos negros, no Brasil, Colômbia e Venezuela, onde dificilmente se reconhece uma cidadania verdadeira de negros, indígenas e mestiços.

Em suma, Quijano (2005) exprime o fato de haver um elemento que limita a nacionalização da sociedade e do Estado, impedindo o desenvolvimento e sua democratização: a questão racial. Em outras palavras, é o modo como a ideia de raça se torna um instrumento de dominação que limita os processos de construção do Estado-Nação no molde eurocêntrico. Os grupos dominantes desses países adotam a perspectiva eurocêntrica como algo próprio, impõe o modelo europeu de formação do Estado, mas este está balizado em estruturas de poder organizadas em torno das relações coloniais.

Por um lado, a via democrático-burguesa da modernização atesta a necessidade de revolução burguesa e superação das estruturas feudais e semi-feudais. Uma impossibilidade histórica já que assume a existência de um feudalismo latino-americano. Por outro, as correntes socialistas, projetam uma revolução de um proletariado industrial urbano e a formação de um Estado dirigido pelos trabalhadores. Uma solução impraticável dada a heterogeneidade das relações sociais de produção na América Latina. Assim, se exprime o modo pelo qual são transpostas categorias e conceitos que não podem voltar ao concreto das relações nas sociedades latino-americanas. Categorias que pairam no ar como conceitos parciais e distorcidos (Quijano, 2005).

Na verdade, conforme afirma Quijano (2005), a América Latina articula todas as formas conjuntas de controle e exploração do trabalho com o capital. Não há qualquer sequência evolucionista ou linearidade histórica, como propõe o eurocentrismo. Uma saída deve considerar a decolonização e redistribuição radical de poder, não limitada somente ao âmbito econômico, mas aos demais, o que nos ajuda a dar materialidade para a luta de classes, por exemplo, mas para a emancipação como um todo. A dominação é o requisito da exploração. A raça é o mais eficaz instrumento de dominação. A associação de ambas constitui o classificador universal do atual padrão de poder capitalista no mundo.



Considerações finais

152

Como regra, as teorias do desenvolvimento na América Latina podem ser enquadradas como reflexo de uma espécie de Iluminismo latino-americano. Enquanto se apropriam de alguns elementos iluministas, são incapazes de acomodar os já ilusórios elementos de liberdade individual, direitos dos homens e igualdade, onde a homogeneização cultural e étnica das sociedades não foi levada à cabo. Mesmo alguns teóricos que pretendem a revolução socialista, se perderam em uma ode ao iluminismo e à concepção faseológica da superação do capitalismo, pela qual o inalcançável desenvolvimento pleno das forças produtivas seria condição indispensável para a emancipação do proletariado. Não pretendemos, em todo caso, desqualificar o materialismo histórico-dialético – posto que é o método que nos apropriamos–, nem propor uma interpretação que desloque a essencialidade da luta de classes na construção da história humana.

As reflexões aqui apresentadas se dão no sentido da abstração do concreto em sua totalidade, no reconhecimento que – por efeito do colonialismo e da construção social da raça – o ser social na sociedade de classes está disposto à raça como constituinte de suas subjetividades, bem como a organização social do trabalho e os padrões mundiais de poder. Nesse sentido, só podemos compreender a difusão incompleta da modernidade, levando-se em conta a colonialidade do poder, que organiza aspectos – para além do âmbito econômico – das demais esferas da vida na região e sua relação com o globo, com destaque a hierarquia social racializada.

Justamente pelo fato de que o âmbito econômico, apesar de central, está implicado pela colonialidade do poder, ao prescindir a raça como articulador do capital, se impossibilita o entendimento da realidade latino-americana; esta, demarcada desde sua constituição pela colonização, a divisão racial ligada a divisão do trabalho como elemento estrutural, tanto de sua realidade quanto de sua dependência, que perdura até hoje. De outro modo, ao invés de se desenvolver um Estado ou região, se desenvolve um padrão de poder. Decorre que: i) o Estado não pode ser sozinho o lócus do desenvolvimento, pois, como apontamos, não é soberano nem livre; ii) teorizar e propor políticas de desenvolvimento alheias às mudanças no padrão de poder internacional é uma tarefa inócua, ainda mais para os



países da América Latina, que não conseguem superar a dependência do “Ocidente”, mantida pela colonialidade.

Aqui, enfatizamos que nossas questões não negam possíveis avanços do conjunto de tais teorias reformistas, muito menos propomos uma perspectiva provinciana como realidade universal, tal como fez o eurocentrismo. De todo modo, nosso argumento é que assim como os avanços podem tomar lugar, é regra que o recrudescimento da exploração e liberalização das relações capitalistas também se façam presentes. Como o racismo é um elemento estrutural da sociedade capitalista, uma proposta de desenvolvimento nos marcos desse sistema não pode ser capaz de quebrar a barreira da desigualdade racial; elemento chave para a divisão internacional do trabalho. Assim se constituem limites estreitos e a ilusão da capacidade de se quebrar as correntes da dependência.

Primeiro, apontamos que, por regra, as teorias do desenvolvimento latino-americanas apresentam uma debilidade que faz parte de uma estrutura mundial de poder e dominação do saber. Aquelas, tentam reproduzir a civilização moderna na periferia, mas acabam por reforçar constituição do capitalismo mundial como vemos hoje. Isto, longe de ser reflexo apenas do racismo individual de seus autores – podendo também sê-lo, já que estamos discutindo uma realidade concretamente racista –, conforma a ideologia burguesa ao disputar hegemonia entre correntes econômicas dentro da ordem capitalista. Segundo, é essa dinâmica que necessita combate e disputa implacável. Por um lado, a continuação das relações capitalistas e aprofundamento da tentativa pragmática de modernização e desenvolvimento só pode significar a reprodução da dominação colonial e exploração na América Latina, isto é, do racismo, sexismo e das classes. Por outro, a prática e reflexão revolucionária negam os grilhões eurocêntricos nas relações materiais e no saber.

Defendemos a recuperação dos conceitos que nos permitam, além de vislumbrar uma nova sociedade, transformar a presente. Eles não podem estar alheios a reflexão, pois se manifestam na materialidade da vida social e podem, então, serem apreendidos por nós. Somente quando, conscientes de nossa condição da diferenciação imposta pela dominação colonial, nos afirmamos específicos podemos atestar, por força da prática revolucionária, uma universalidade concreta. Apenas assim, o racismo pode emergir à abstração como algo total, que organiza a vida material, e não apenas um problema comportamental, de alocação subótima ou do indivíduo. Também, é o que possibilita que nos enxerguemos para fora do espelho do



eurocentrismo e tenhamos uma imagem apurada de quem somos e para onde devemos ir.

Portanto, a prática revolucionária dos povos oprimidos, explorados e racializados para a América Latina está em recuperar nossa verdadeira *ancestralidade* no que nos precedeu: a luta ininterrupta pela liberdade e humanidade. As respostas para a emancipação estão muito mais na Quilombagem e Marronagem¹⁷, nas insurreições, nas lutas operárias e populares que subvertem a lógica capitalista, reumanizando os sujeitos desumanizados pela lógica do capital, do que nos preceitos iluministas de pretensa igualdade. Se manifestam verdadeiramente nos ideais da Revolução Haitiana que subverteram os preceitos da Revolução Francesa ao afirmá-los na reivindicação de sua humanidade contra a supremacia racial e o escravismo. Estão, de certo, na busca por Aruanda, muito mais do que na subserviência e flagelo cristãos – por meio da qual, aliás, os europeus saquearam, trucidaram e exterminaram povos e culturas. Também, ainda que não tenhamos abordado ao longo do artigo, é necessário demarcar que a retomada e reelaboração de nossa relação com a terra e os recursos naturais, em definitiva oposição à supremacia da valorização do capital, se qualifica para além da tarefa de emancipação, como imperativo à sobrevivência da humanidade.

Vejam, não nos referimos a uma metafísica abstrata e de identificação vazia. Isto é o movimento concreto dos elementos que constituíram a luta de classes no Brasil, assim como na América Latina. É o que fez os homens e mulheres; trabalhadores urbanos ou da terra; negros, indígenas e, mesmo, brancos; que aqui estavam ou foram trazidos a força, lutarem por si e pelos outros, pela autoemancipação e reconhecimento de sua humanidade. É o que move os quilombos de hoje, as aldeias, os assentamentos dos Sem-terra, os terreiros, as comunidades. A luta popular por terra e por moradia, por condições básicas de saúde, educação e infraestrutura. A auto-organização da vida para além e por fora do Estado. Por fim, Toussaint L'Ouverture, em resposta a Napoleão – que havia solicitado que as bandeiras dos exércitos haitianos demarcassem que apenas a França havia reconhecido a liberdade e igualdade de direitos aos “bravos negros” do Haiti – sintetiza o que queremos afirmar: “Não é uma liberdade circunstancial, concedida apenas a nós, que queremos; é a absoluta adoção do princípio de que

¹⁷ Ver Moura (2001; 2013).



nenhum homem, nascido vermelho, preto ou branco, possa ser propriedade de outro”.¹⁸

Referências

- BERNARDINO-COSTA, Joaze & GROSGOQUEL, Ramón. Decolonialidade e perspectiva negra. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016
- CÉSAIRE, Aimé. **Discursos sobre el colonialismo**. Ediciones Akal, 2006.
- CHANG, Ha-Joon. (2010) “Hamlet without the Prince of Denmark: How development has disappeared from today’s ‘development’ discourse”. In S. Khan and J. Christiansen (eds.), **Towards New Developmentalism: Market as a Means rather than Master**, 2010.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- FRANK, André Gunder. **O desenvolvimento do subdesenvolvimento**. SINAL, 1968.
- GROSGOQUEL, Ramón. Desenvolvimentismo, Modernidade e Teoria da Dependência na América Latina. **REALIS – Revista de Estudos Antiutilitaristas e Póscoloniais**, v. 3, n. 2, 2013.
- HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade: raça e classe nos dias de hoje**. São Paulo: Venetta, 2019.
- HILFERDING, Rudolf. **Finance capital: a study of the latest phase of capitalist development**. London & New York: Routledge, 2007.
- LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LERNER, Gerda. **The Creation of Patriarchy**. New York: Oxford University Press, 1986.
- LEWIS, Arthur W. “O desenvolvimento econômico com oferta ilimitada de mão-de-obra”. In: AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. **A economia do subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- LISBOA, Armando de Melo. Desenvolvimento: uma ideia subdesenvolvimento. **Revista Plural**, n. 7, v. 5, p. 71-78, jan./jun. 1996.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I: o processo de produção do capital [1867] (trad. Rubens Enderle). São Paulo: Boitempo, 2013.

¹⁸ Schoelcher (1982 apud. Haider, 2019, p. 143).



- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**: contribuição a revisão crítica da formação e desenvolvimento da economia brasileira. 1975. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280564>>. Acesso em: 5 out. 2020.
- MOURA, Clóvis. **A quilombagem como expressão de protesto radical**. Os quilombos na dinâmica social do Brasil, Maceió, Edufal, 2001.
- MOURA, Clóvis. **Dicionário da Escravidão Negra no Brasil**, 1ªed, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.
- N'KRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo**: último estágio do imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.
- PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira**. 7ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1987.
- PREBISCH, Raúl. **Crescimento, desequilíbrio e disparidades**: interpretação do processo de desenvolvimento econômico. O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado, p. 153-245, 2011.
- PREBISCH, Raúl. "Prefácio". In: RODRIGUEZ, O. **Teoria do subdesenvolvimento da Cepal**. Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 1981.
- QUIJANO, Aníbal. **América Latina en la economía mundial. In: Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. CLACSO, Buenos Aires, 2014.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidad. **Perú indígena**, v. 13, n. 29, p. 11-20, 1992.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In. LANDER, E.(org.). **Por uma sociologia reflexiva**: pesquisa qualitativa e cultura, p. 43-66, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. El fantasma del desarrollo en América Latina. Revista del CESLA. **International Latin American Studies Review**, n. 1, p. 38-55, 2000.
- QUIJANO, Aníbal. La modernidad, el capital y América Latina nacieron en el mismo día. Entrevista de Nora Velarde. ILLA, **Revista del Centro de Educación y Cultura**, n. 10, jan., p. 42-57, 1991.
- RIST, Gilbert. Le development. **Histoire d'une croyance occidentale**. Paris, Presses de Sciences Po, 1996.
- ROSTOW, Walt W. "A decolagem para o crescimento autossustentado". In AGARWALA, A. N. & SINGH, S. P. **A economia do**



- subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro: Contraponto; Centro Internacional Celso Furtado, 2010.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Ontogênese e filogênese do gênero:** ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO-Brasil, p. 13-19, 2009.
- SAMPAIO JR., Plínio S. A., **Entre a Nação e a Barbárie:** os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis, Vozes, p. 17-34, 1999.
- SEN, Amartya. **The concept of development.** Handbook of development economics, v. 1, p. 9-26, 1988.
- WISE, David; ROSS, Thomas. **O governo invisível.** Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1965.
- ZEA, Leopoldo. **América Latina en sus ideas.** Mexico City: Unesco and Siglo XXI, 1986
- .

Recebido em 15 out. 2020 | aceite em 20 jul. 2021

